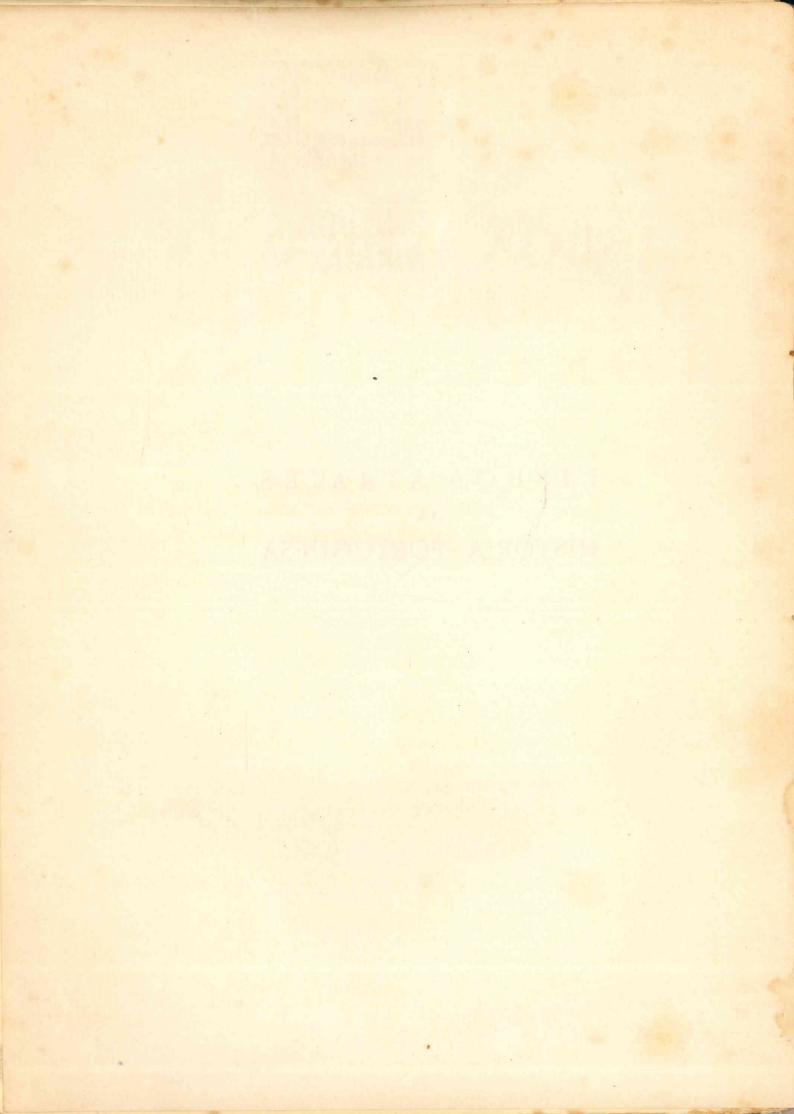




Endrolpinde of party of the service of the service

LISBOA ATRAVÉS DA HISTÓRIA PORTUGUESA



ENCORPORAÇÃO

O. 348



QUEIROZ VELLOSO

LISBOA ATRAVÉS DA HISTÓRIA PORTUGUESA

Conferência pronunciada no salão nobre dos Paços do Concelho em 25 de Outubro (Feriado da Cidade) de 1942.







ARRONA ARRANES

ARRONA ARRONA ARRANES

ARRONA ARRONA ARRANES

ARRONA ARRONA ARRANES

ARRONA ARRONA ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA

ARRONA ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRONA

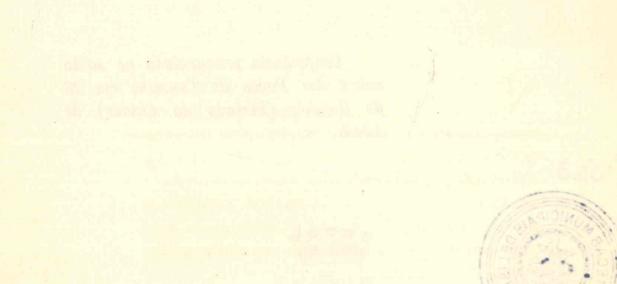
ARRONA

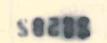
ARRONA

ARRONA

ARRONA

ARRO





Senhor Presidente da República Senhor Ministro Senhor Presidente da Câmara Municipal Minhás Senhoras, Meus Senhores:

Não sou natural desta cidade. Sou do extremo norte, da província que deu o nome e foi o berço da Nacionalidade. Mas vim há tantos anos para Lisboa e tanto a admiro e lhe quero, que aceitei da melhor vontade o honroso convite do Senhor Presidente da Câmara para dizer algumas palavras nesta sessão solene.

Na Exposição do Mundo Português, admirável síntese de uma história oito vezes secular, vivo e impressionante mostruário das nossas realidades actuais; nessa magnífica apoteose do Portugal de 1940, que nunca poderá olvidar quem teve a fortuna de a ver, erguia-se, entre

a maravilha dos Jerónimos e o esplendor do Tejo, o Pavilhão de Lisboa, consagrado à Lisboa do Passado e do Presente — a Lisboa medieval, a Lisboa dos descobrimentos, a Lisboa pitoresca do século xvIII, a Lisboa capital do Império.

Logo à entrada, lia-se a inscrição seguinte, que não representava a mínima ostentação de vaidade, pois era o simples sumário, a expressiva legenda da sua longa e movimentada e forte vida citadina:

«Portuguesa em 1147, jamais deixou de o «ser. Foi o eixo da conquista do Algarve. Ca«pital do Reino desde 1256. Viu aparelhar a nau «dos descobrimentos atlânticos, sair e entrar as «armadas da Índia e do Brasil. Deu a revolu«ção popular do Mestre de Avis. Fez a Restau«ração e aclamou D. João IV. Jamais de sua «mente consentiu jugo alheio. Nela viram a luz «santos, heróis, mareantes, mercadores, poetas, «artistas, artífices da casa dos vinte-e-quatro. «Cabeça do Império nobre e leal. A nau, sua «insígnia, é o símbolo da sua expansão univer«salista.»

É esta inscrição que eu vou ràpidamente desdobrar.

Lisboa é uma cidade antiquíssima, anterior à conquista da Lusitânia pelas legiões de Roma. Mas a Lisboa, que especialmente nos interessa,

6

não é a Lisboa romana, nem a visigótica, nem a muçulmana, é a Lisboa que, em 25 de Outubro de 1147, definitivamente se integrou no nascente Estado Português.

De hoje a cinco anos completam-se, portanto, oito séculos sôbre a sua conquista aos mouros. Era já nesse tempo uma cidade opulentíssima — assim a classifica o cruzado Osberno — uma praça marítima importante. O demorado e sangrento assédio, que a pôs nas mãos de D. Afonso Henriques, não teve só o efeito moral de provocar a imediata rendição dos castelos de Sintra e de Palmela, a completa submissão de todo o território de que Lisboa era centro; causou profunda impressão nos países cristãos da Europa. Desde então, a cidade por tal forma se identifica, vincula-se tão intimamente à vida da nação, que é impossível separá-las. Por isso creio que, em 1947, a Câmara Municipal promoverá, com a devida magnificência, a solene comemoração do oitavo centenário da incorporação de Lisboa na pátria portuguesa.

Em maio de 1179, no mesmo ano em que o papa Alexandre III lhe reconhece e confirma o título de rei, concede D. Afonso Henriques foral à cidade, que continuava a dilatar-se para o arrabalde, na encosta ocidental. O diploma revela claramente o propósito de atrair novos moradores. Permite-lhes o livre estabelecimento de tendas e fornos de pão; isenta igualmente os

ofícios de ferreiro, sapateiro e peleiro; e consente, mediante o pagamento de certos tributos, que os mouros fôrros elejam entre si um alcaide, para julgar as suas desavenças.

A duas armadas de cruzados que, no correr do ano de 1189, vieram fazer aguada ao Tejo—como era de uso depois da tomada de Lisboa—foi D. Sancho I buscar auxílio para as conquistas de Alvor e de Silves; mas no grande estuário havia já navios portugueses, que colaboraram em ambas as empresas.

No reinado de D. Afonso III, que passara grande parte da sua mocidade em França, a França de Branca de Castela e de S. Luís, donde trouxera generosas ideias de progresso social, o soberano manifesta decidida predilecção por Lisboa, que desde 1256 começa a figurar como capital do reino. A área da cidade alarga-se ràpidamente, índice seguro de prosperidade: onze paróquias compreendia já o município, que para sua defesa se cingia com uma larga cinta de muralhas.

Com D. Denis, a riqueza de Lisboa aumenta. O comércio, que a excelência do seu pôrto facilitava, desenvolve-se em relações aturadas com Génova, a Catalunha, a Biscaia, a Bretanha, a Flandres e a Inglaterra. Era, indubitàvelmente, a principal cidade do País. Por isso, em diploma de 1 de Março de 1290, aqui funda um Estudo Geral, o terceiro da Península, na ordem de antiguidade.

É certo que o mesmo monarca, por causa de violentas rixas e tumultos entre os burgueses da cidade e os escolares — conflitos que os próprios privilégios dos estudantes suscitavam e eram então frequentes nas cidades universitárias—o transfere para Coimbra em 1308. D. Afonso IV, no ano de 1338, de novo o estabelece em Lisboa; mas, volvidos dezasseis anos, muda-o segunda vez, para Coimbra. Evidentemente, tão amiudadas deslocações — que dão à Universidade portuguesa um lugar à parte na história das Universidades medievais - não podiam favorecer os estudos: os escolares rareavam; os graduados eram poucos. Para dar remédio a esta decadência, contrata D. Fernando mestres estrangeiros; como êles, porém, nom queriam leer se nom na cidade de Lixboa — assim o diz a provisão real de 3 de Junho de 1377 — manda regressar a Universidade à capital, onde depois se mantém cento e sessenta anos consecutivos, exactamente na época mais brilhante da nossa história, até à sua última transferência para Coimbra, a meio do reinado de D. João III, em Abril de 1537.

A fundação da Régia Escola de Cirurgia em 1825, da Escola Politécnica em 1837 e do Curso Superior de Letras em 1858, tôdas essas aparentes criações não representavam, verdadeiramente, mais do que a simples restauração de estudos, que nesta cidade floresceram quási dois séculos. Portanto, o decreto, que em 1911

fundou a nova Universidade de Lisboa, restabeleceu apenas, no seu legítimo lugar, a primitiva Universidade dionisiana, agrupando e organizando como Faculdades de Medicina, de Ciências e de Letras, os três estabelecimentos independentes, que já aqui existiam; mas só dois anos depois, a Universidade ficou completa, pela criação da Faculdade de Direito. aliás também mera restauração dos antigos estudos jurídicos.

Na crise da sucessão, provocada pela morte de D. Fernando, Lisboa assume o primeiro papel. As classes populares, decididas a não reconhecer a realeza de D. Beatriz, mulher de D. João I de Castela, reünem-se no Rossio, junto a S. Domingos, em 15 de Dezembro de 1383, e aclamam regedor e defensor do reino a D. João, Mestre de Avis, irmão bastardo do falecido monarca. No dia seguinte, em sessão plena da Câmara, os representantes do concelho, a princípio irresolutos, subjugados pela voz dominadora e rude do tanoeiro Afonso Eanes Penedo, confirmam por unanimidade a eleição. Um exército castelhano, sob o comando do próprio rei, invade Portugal pela Beira Alta e avança sôbre Lisboa. Em Fevereiro de 1384, já estão assentes os arraiais do cêrco; e nos fins de Maio fica fechado, da banda do Tejo, com a chegada de quarenta naus e treze galés de Castela. Os assaltos repetem-se. Na cidade há fome; mas 10 não há desânimo. Dia e noite, todos os homens

válidos, desde o Mestre ao mais humilde mesteiral, correm à defesa das muralhas fernandinas, num caloroso impulso de exaltação patriótica. A 3 de Dezembro, desalentados, dizimados pela peste trazida nos seus navios, os sitiantes levantam o assédio.

De Lisboa, cidade sôbre tôdas excelente e maioral, no conceituoso dizer de D. João I, sai a expedição que, em 21 de Agôsto de 1415, conquistou Ceuta. Do Tejo partem os três navios de Bartolomeu Dias, que teve a glória de dobrar a ponta meridional da África; a armada de Vasco da Gama, que levou finalmente a cabo a empresa da Índia; a frota de Pedro Álvares Cabral, que descobriu o Brasil.

Além destas e outras expedições — em que os intrépidos navegadores portugueses, armados com uma ciência náutica que só nós então possuíamos, há noventa anos vinham revelando a face oculta do Globo — dêste pôrto largaram também as esquadras que nos deram a posse do Oriente, e alteraram profundamente o mapa comercial do Mundo. Lisboa torna-se então um grandioso empório, o centro onde convergiam as mais preciosas mercadorias orientais. Conta Damião de Góis ter visto muitas vezes, na Casa da Índia, negociantes estrangeiros com sacos cheios de moedas de ouro e prata, para pagar as especiarias já compradas, e mandarem-nos os oficiais da Casa voltar noutra ocasião, por não terem tempo de contar o dinheiro, tão consideráveis eram as somas cobradas diàriamente.

Anuviada, inquieta, tristonha, como se pressagiasse algum desastre, assistiu Lisboa aos preparativos e à partida de D. Sebastião para a segunda jornada de África; e nenhuma povoação do reino sentiu mais acerbamente a miséria e a dor da pavorosa catástrofe, que em menos de dois anos nos ia lançar, arruïnados e indefesos, na atribulada dependência da Espanha.

¡Que intenso júbilo, porém, que expansiva e ruidosa alegria, na gloriosa manhã do Primeiro de Dezembro de 1640! Eram nobres os quarenta conjurados, em que figurava um velho de oitenta anos, D. Miguel de Almeida, a par de outros muito jóvens, como os filhos de D. Filipa de Vilhena e de D. Mariana de Lencastre: irmanava-os a mesma fé, impelia-os a mesma esperança, inflamava-os o mesmo elevado pensamento de salvar a Pátria, ainda à custa da vida ou do cárcere. Aquela hora, o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, que estava no segrêdo da temerária tentativa, encontrava-se na capela-mor da Sé, com os seus cónegos, rogando a Deus pela vitória dos revoltosos. Mas o povo entrava também na conspiração. O Padre Bernardo da Costa e sobretudo o Padre Nicolau da Maia tinham trazido para o movimento o juiz dos Vinte-e-quatro os principais representantes dos mesteres, alguns ofi-12 ciais mecânicos influentes; e logo acudiu ao

Terreiro do Paço uma multidão ansiosa, fremente de impaciência, que secundou entusiàsticamente os gritos de Liberdade dos conjurados.

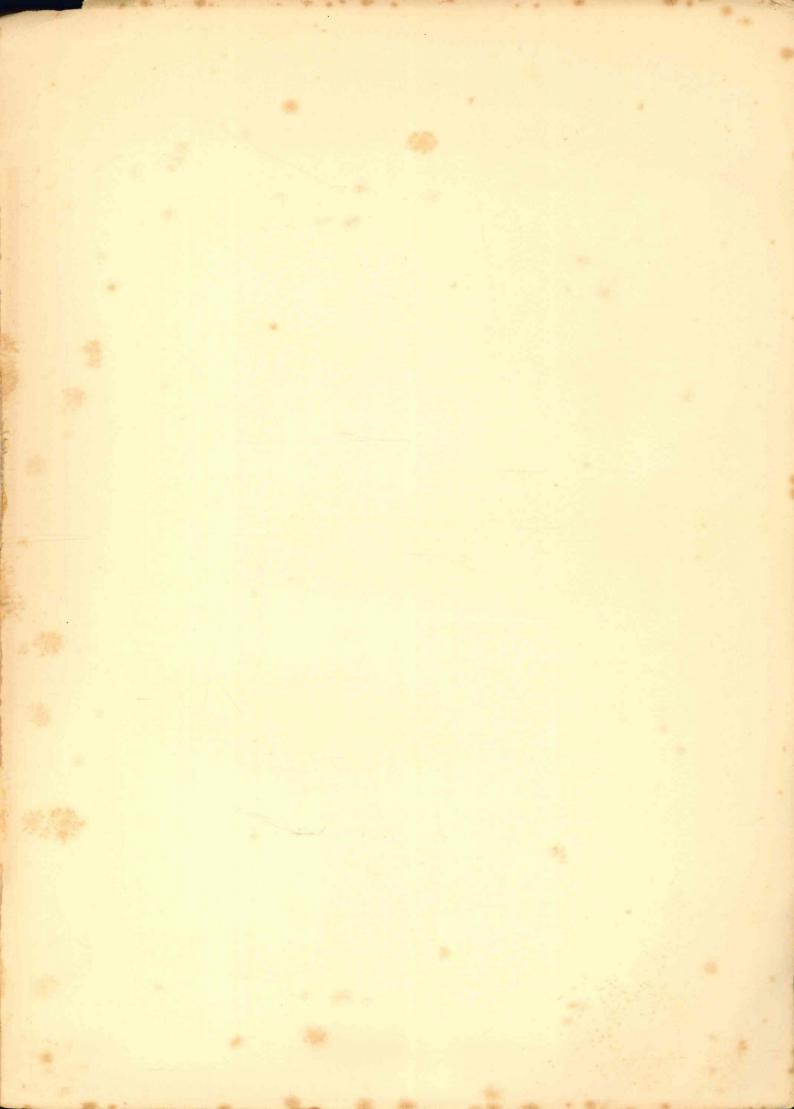
Durante a dinastia bragantina, não há intrigas da côrte, lutas políticas, acontecimentos infaustos, grandes regozijos públicos, em que Lisboa não colabore, ou aos quais, pelo menos, se associe. Na guerra civil de constitucionais e absolutistas, a vitória só propende para aquêles, depois da ocupação de Lisboa pelas tropas do duque da Terceira. As revoluções só ganham o País, quando vencem na capital. Num Estado, como o nosso, de tão vigorosa, de tão íntima coesão nacional, a norma partirá sempre de Lisboa.

Nela viram a luz — diz a inscrição que estou comentando — santos e poetas. Dois exemplos apenas, que valem por centenas: aqui nasceu Santo António, o maior santo português, um dos grandes santos da Cristandade; aqui nasceu Camões, o poeta da Nacionalidade, tão sublime na Epopeia, como na Lírica.

Bela entre as mais belas cidades do Mundo, com uma área cada vez mais vasta, com uma população superior a setecentos mil habitantes, o que a coloca na categoria das grandes metrópoles, Lisboa merece tôdas as atenções, todos os desvelos. A Câmara Municipal, principalmente desde que assumiu a presidência o ilustre engenheiro sr. Duarte Pacheco, tem ampliado, transformado, embelezado a cidade: em alguns

bairros, parece haver nascido uma cidade nova. E como do Ministério das Obras Públicas dependem também grandes edificações na capital, o mesmo estadista, em obediência a um plano sàbiamente pensado, com a sua enérgica vontade, com aquela actividade febril que é o espanto dos indolentes e apáticos, vai pouco a pouco fazendo surgir, em diversos pontos da cidade, um poderoso conjunto de construções monumentais, em que a arte se alia à grandeza da obra. Que êsses e outros melhoramentos, que hão-de perpetuar o nome de quem os concebeu e mandou executar, assim como as futuras realizações camarárias, se inspirem sempre, como até agora, na maravilhosa situação de Lisboa — cidade, acima de tudo, portuguesa — no claro brilho do nosso sol, no límpido azul do nosso céu.







(I 9 V